

PROGRAMA

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JOUE

Nº CPI 002/ECL/CCP/2024

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA

**Aula de Comércio – Estudos Técnicos e Profissionais, Lda., entidade titular da Escola
de Comércio de Lisboa**

12 de setembro de 2024

CAPÍTULO I

OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

Artigo 1.º

Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA** destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado de Informática e Industrial - Componente 6 "Qualificações e Competências" do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), aprovado pela Decisão de Execução do Conselho da União Europeia de 16 de junho de 2021, previsto no Investimento RE-C06-i01: Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional, nos termos melhor definidos no Caderno de Encargos.

2. Para a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado de Informática - Componente 6 "Qualificações e Competências" do PRR, pretende-se a contratação de acordo com os lotes seguintes:

Lote 1- 170 390,37 € (cento e setenta mil trezentos e noventa euros e trinta e sete cêntimos)

CPV32300000-6 - Aparelhos receptores de rádio e televisão e aparelhos para gravação ou reprodução de som e imagem

Lote 2 –1 106 880,25 € (um milhão cento e seis mil oitocentos e oitenta euros e vinte cinco cêntimos)

CPV30200000-1 - Equipamento e material informático

Lote 3 –295 691,30 € (duzentos e noventa e cinco mil seiscientos e noventa e um euros e trinta cêntimos) CPV

32300000-6 - Aparelhos receptores de rádio e televisão e aparelhos para gravação ou reprodução de som e imagem

Lote 4 - 77 993,00€ (setenta e sete mil novecentos e noventa e três euros)

CPV32000000-3 - Equipamento de rádio, televisão, comunicação, telecomunicações e afins

3. O presente procedimento segue a tramitação de Concurso Público COM Publicidade Internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e artigo 130.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, na versão em vigor, adiante designado por CCP.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

Aula de Comércio – Estudos Técnicos e Profissionais, Lda., entidade titular da Escola de Comércio de Lisboa, com sede na R. Vice-Almirante Augusto de Castro Guedes 51, 1800-343 Lisboa – Portugal, NIPC/NIF: 502421053, tel.: 218 540 240, endereço de correio eletrónico: geral@escolacomerciolisboa.pt .

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Gerência da entidade adjudicante, em 2 de julho de 2024, no uso de competência própria [nos termos do artigo 36.º do CCP e artigo 38º, al. c), do

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho].

2. Previamente à decisão de contratar foi:

- (i) obtida, em 18 de abril de 2024, aprovação da candidatura submetida ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência (aviso Nº 01/C06-i01.01/2022), mediante Termos de Aceitação da operação com referência 4006 e 4009;
- (ii) efetuada consulta preliminar, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 35.º-A, do CCP, cujo conteúdo incorporou a proposta de orçamento apresentada em sede de processo de candidatura no aviso PRR Nº 01/C06-i01.01/2022, devidamente aprovada. A informação pertinente resultante da referida consulta preliminar será, caso seja solicitada, disponibilizada, após o termo do prazo de apresentação de propostas, aos concorrentes do procedimento.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 4.º

Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do Programa e do Caderno de Encargos no âmbito do presente procedimento, bem como, a apresentação de uma lista na qual se identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, podem ser solicitados pelos interessados ao Júri designado pela entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica referida no artigo 5.º, até às 23h:59m do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.
2. Os esclarecimentos e a pronúncia sobre a deteção dos erros e omissões identificados pelos interessados, serão prestados, pelo mesmo meio apresentado no número anterior, até às 23h:59m do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

Artigo 5.º

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas devem ser submetidas eletronicamente até às 23h:59m do 45.º dia a contar da data de envio do anúncio para Diário da República quanto ao presente procedimento, através da plataforma eletrónica <https://pt.vortal.biz/>.
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a submissão das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à Internet de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora referida.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 6.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 7.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (ver Anexo I ao presente Programa de concurso);
 - b. Declaração de preço contratual, elaborada em conformidade com o Anexo II ao presente Programa de concurso;
 - c. Proposta contendo listagem discriminada dos bens propostos, incluindo a descrição das características técnicas das soluções tecnológicas, identificando a marca e modelo (part number) dos equipamentos, e mobiliário propostos, elaborada em conformidade com o Anexo III ao presente Programa de concurso;
 - d. A proposta deve referir prazo de entrega.
 - e. Certificados, declarações ou comprovativos dos requisitos e especificações técnicas definidos no Caderno de Encargos;
 - f. Declaração de independência da proposta (Anexo IV ao presente Programa de concurso);
 - g. Declaração de inexistência de conflito de interesses (Anexo V ao presente Programa de concurso).
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, sendo admissível a apresentação de documentos em inglês, espanhol ou francês quando o documento original for da autoria de terceiro e estiver numa dessas línguas, sendo para qualquer outro idioma exigível a apresentação de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, devendo a tradução ser assinada pelos representantes do proponente.
3. Caso a assinatura digital qualificada não permita verificar os poderes do assinante o concorrente deverá juntar documento que indique o poder de representação do assinante das declarações referidas no n.º 1, como por exemplo certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, as declarações no n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos

à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinadas por todos os seus membros ou respetivos representantes (ANEXO VI e VII).

5. Sem prejuízo do acima exposto, integrarão também a proposta quaisquer outros documentos que o Concorrente apresente, por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
6. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deverá ser previamente requerida pelos interessados, nos termos do artigo 66.º do CCP.
7. **É obrigatória vista às instalações em dia e hora a combinar via plataforma.**

Artigo 8.º

Propostas variantes, parciais ou condicionadas

1. Não são admitidas propostas variantes.
2. Não são admitidas, no contexto de cada lote, propostas parciais.
3. Não são admitidas propostas condicionadas.

Artigo 9.º

Divisão em lotes

Há divisão em lotes, podendo o concorrente apresentar proposta a todos os lotes.

Artigo 10.º

Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Artigo 11.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação multifator, pela aplicação dos seguintes fatores e subfatores de ponderação, devendo a proposta apresentar, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, os atributos infra indicados:

- i) Preço – 40%;
- ii) Adequação técnico-funcional – 60%

2. A pontuação final resultará da aplicação da seguinte equação ponderando as pontuações obtidas em cada um dos fatores:

$$Pf = 0.6 Pi + 0.4 Pt$$

Sendo:

Pf = Pontuação final resultado da média ponderada

Pi = Pontuação de cada proposta relativa ao Preço

Pt = Pontuação de cada proposta relativa à adequação técnico-funcional

A proposta a adjudicar será aquela à qual corresponder o maior valor de Pf.

3. Relativamente ao método de pontuação, cada um dos fatores referidos anteriormente será valorado de 0 a 10.

1. PREÇO

A avaliação do Preço resulta da aplicação do seguinte método:

Valores superiores ao Preço Base do concurso – Excluído

De 0% até 10% inferior ao preço base: 2 pontos

De 11% até 20% inferior ao preço base: 4 pontos

De 21% até 30% inferior ao preço base: 6 pontos

De 31% até 40% inferior ao preço base: 8 pontos

40% ou mais, inferior ao preço base: 10 pontos

2. ADEQUAÇÃO TÉCNICO-FUNCIONAL

A avaliação de adequação técnico-funcional baseia-se na aferição do cumprimento das especificações técnicas, para além das definidas como mínimas no presente procedimento.

O modelo de avaliação das propostas com base na adequação técnico funcional decorre da análise à verificação dos subfactores descritos no **Anexo X** ao presente Programa de Concurso, através do seguinte método:

- i. Especificações técnicas mínimas constantes no Anexo I do caderno de encargos não cumpridas (parcial ou total) – Excluído;
- ii. Especificações técnicas mínimas integralmente cumpridas, integrando o subfactor SF1 – Manutenção = entre 1 a 4 pontos;
- iii. Especificações técnicas mínimas integralmente cumpridas, integrando os subfactores SF1 – Manutenção e SF2 – Atualização de versões = entre 1 a 8 pontos;
- iv. Especificações técnicas mínimas integralmente cumpridas, integrando os subfactores SF1 – Manutenção, SF2 – Atualização de versões e SF3 – Parceria na aprendizagem = entre 1 a 12 pontos;
- v. Especificações técnicas mínimas integralmente cumpridas, integrando os subfactores SF1 – Manutenção, SF2 – Atualização de versões, SF3 – Parceria na aprendizagem e SF4 - Inclusão = entre 1 a 14 pontos;
- vi. Especificações técnicas mínimas integralmente cumpridas, integrando todos os subfactores, nomeadamente o SF1 – Manutenção, SF2 – Atualização de versões, SF3 – Parceria na aprendizagem, SF4 – Inclusão e SF5 – Ambiente e Segurança = entre 1 a 16 pontos;

3. A adjudicação será realizada por Lotes, valendo para cada Lote, o critério de adjudicação e desempate referidos nos pontos anteriores.

Artigo 12.º

Leilão eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Artigo 13.º

Relatório preliminar de análise das propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 14.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 15.º

Relatório final de análise das propostas

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO

Artigo 16.º

Notificação da decisão de adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

Artigo 17.º

Documentos de habilitação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;
 - b. Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:

- i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da adjudicatária e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- d. Documento comprovativo de inscrição no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) com o respetivo código de acesso nos termos da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na sua redação atual;
- e. Apresentação de um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei.
2. O Adjudicatário deverá remeter a Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
3. Quando o Adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
4. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário, será concedido um prazo adicional de até 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento.
5. Os técnicos que virão ministrar formação e proceder à instalação dos equipamentos devem enviar, aquando da mesma, os registos criminais dos técnicos que a empresa propõe que realizem as intervenções.

Artigo 18.º

Caução

1. O Adjudicatário deverá prestar caução, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do CCP, correspondente a 3% do preço contratual, a qual será prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por seguro-caução, conforme escolha do Adjudicatário e de acordo com os modelos constantes dos anexos ao presente programa de procedimento **(ANEXO VIII e IX)**.
2. O Adjudicatário deve prestar a caução no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação prevista no n.º 2 do artigo 77.º do CCP, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.
3. Será dispensada a prestação de caução ao Adjudicatário que apresente seguro da execução do contrato, pelo preço total do respetivo contrato, nos termos do n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Aplicar-se-á o regime estabelecido no número anterior caso exista assunção de responsabilidade solidária com o Adjudicatário, pelo preço total do respetivo contrato, por entidade bancária reconhecida.
5. O depósito em dinheiro ou em títulos será efetuado em Portugal, em qualquer instituição de crédito, à ordem da Entidade Adjudicante, devendo ser especificado o fim a que se destina.

6. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes são avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação é feita em 90% dessa média.
7. Se o Adjudicatário prestar caução mediante garantia bancária, deve apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela Entidade Adjudicante em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
8. Das condições de garantia bancária ou da apólice de seguro-caução não pode, em caso algum, resultar uma diminuição das garantias da Entidade Adjudicante, nos moldes em que são asseguradas pelas outras formas admitidas de prestação da caução.
9. Todas as despesas relativas à prestação da caução são da responsabilidade do Adjudicatário.

Artigo 19.º

Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças

- 1 A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, adiante designada apenas por plataforma, disponível eletrónica <https://pt.vortal.biz/>.
- 2 O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.

Artigo 20.º

Assinatura eletrónica

- 1 Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as candidaturas e as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 2 Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
- 3 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).

Artigo 21.º

Agrupamentos

- 1 Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
- 2 Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da sua proposta.

3 Qualquer alteração na composição do agrupamento concorrente terá de ser autorizada previamente pela entidade adjudicante, sob pena de exclusão do agrupamento, em qualquer fase do procedimento.

4 Os membros de um agrupamento não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.

5 Todos os membros do agrupamento concorrente que seja Adjudicatário, têm de apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo 16.º que lhes são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 81.º do CCP.

6 Quando for o caso, cada um dos membros que integra o agrupamento concorrente, deverá apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, uma declaração feita por forma autêntica no país onde tenham sede, de que se submetem à legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Português que for competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

7 Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento Adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, devendo os seus membros indicar o chefe de consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e a esta dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato.

8 Todos e cada um dos membros de um agrupamento concorrente devem preencher cumulativamente as seguintes condições:

- a) Satisfazer as disposições legais e as exigências previstas no presente procedimento, relativamente ao objeto do contrato a celebrar;
- b) Assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo Contrato, através do preenchimento da declaração que constitui o Anexo VI ao presente Programa;
- c) Designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente concurso, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar, com a sua proposta, instrumentos de mandato emitidos por cada uma das entidades que o compõem, nos termos do Anexo VII ao presente Programa.

Artigo 22.º

Proteção de dados

1 Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c), do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a entidade adjudicante esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

2 Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável.

3 Os concorrentes têm o direito, em qualquer altura, a solicitar à entidade adjudicante, através de mensagem de correio eletrónico para o endereço indicado no artigo 1.º deste Programa, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento, requerer a portabilidade dos dados e apresentar reclamação a uma autoridade de controlo.

4 Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados no prazo de 4 anos, salvo exista obrigação legal ou contratual que justifique a conservação por prazo superior.

Artigo 23.º

Despesas inerentes à celebração do contrato

Correm por conta do Adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 24.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente Programa de Concurso observar-se-á o disposto no CCP.

O Conselho de Gerência

ANEXO I

Instruções para preenchimento do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido eletronicamente em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter>, importando e utilizando o ficheiro “x” constante na pasta de arquivo “DEUCP.zip” junta ao presente programa de procedimento.

NOTA:

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser acedido em <https://www.base.gov.pt/Base4/pt/deucp/> procedendo de acordo com as orientações do IMPIC - https://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/Circular_informativa_1_IMPIC_2016.pdf

Será disponibilizado em ficheiro o mesmo.

ANEXO II

Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA, Nº CPI 002/ECL/CCP/2024**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço contratual de _____EUR, a que correspondem os seguintes preços unitários:

LOTE* ____

Part number	Descrição	Preço unitário	Quantidade	Valor total
Total				

*Replicar pelos lotes a que apresentar proposta.

Preço Global da Proposta: (expresso em euros e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), é indicado em algarismos e por extenso).

... (local),... (data),... [assinatura]

ANEXO III

**Proposta contendo listagem discriminada dos bens propostos a que se refere a alínea c)
do n.º 1 do artigo 7.º**

Fornecido em ficheiro editável.

ANEXO IV

Declaração de Independência da Proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA, Nº CPI 002/ECL/CCP/2024** designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que no âmbito do aludido procedimento inexistiu qualquer tipo de comunicação e/ou de relação direta ou indireta tida entre a sua representada (2) e as suas concorrentes na apresentação de proposta, tendo por objeto ou efeito, práticas restritivas da concorrência, por conluio ou concertação entre empresas, em infração ao regime jurídico da concorrência nacional (artigo 9.º da Lei nº 19/2012 de 8 de maio), “Lei da Concorrência”) e europeu (artigos 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, “TFEU”).

O candidato declara estar consciente e informado de que a violação do artigo 9.º da Lei da Concorrência e, se aplicável, do artigo 101.º do TFEU, por acordos ou práticas concertadas entre empresas que tenham por objeto ou como efeito impedir, falsear ou restringir de forma sensível a concorrência, constitui contraordenação punível com coima i) às empresas infratoras, até 10% do seu volume de negócios total e ii) aos respetivos administradores e gestores, até 10% da sua remuneração anual, assim como, sendo aplicáveis as demais sanções previstas na Lei da Concorrência, que preveem, entre outras, a possibilidade de “privação do direito de participar em procedimentos de formação de contratos” durante um período máximo de dois anos (artigos 67.º e seguintes da Lei da Concorrência)

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

ANEXO V

Declaração de conflito de Interesses

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA, Nº CPI 002/ECL/CCP/2024**, declara, sob compromisso de honra, que

- a) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;
- b) Não detém qualquer participação social ou interesses nas associações, empresas, grupos de empresas ou outras entidades destinatárias da atividade da entidade adjudicante que possam originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;
- c) Não mantém, nem manterá, direta ou indiretamente, qualquer vínculo ou relação contratual, remunerada ou não, com outras entidades cuja atividade possa colidir com o exercício das atribuições e competências da entidade adjudicante e que possa originar conflitos de interesses na prestação dos serviços / no fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) abrangidos pelo contrato a celebrar, durante a vigência do mesmo;
- d) Se ao longo da prestação dos serviços / do fornecimento de bens (selecionar consoante o tipo de contrato) vier a ocorrer algum facto relevante suscetível de originar conflito de interesses, nos termos acima indicados, compromete-se a informar a entidade adjudicante desse facto e a tomar as medidas necessárias para a sua superação;
- e) Não existe conflito de interesse com os demais concorrentes do presente procedimento, ou com familiares destes, que ponha em causa a sua garantia de independência;
- f) Não existe conflito de interesse, nem por parte da sua representada, nem de qualquer dos membros da equipa técnica, que ponha em causa a garantia de independência na execução das diferentes tarefas necessárias / no fornecimento dos bens (selecionar consoante o tipo de contrato) necessários à boa execução do contrato;

... (local),... (data),... [assinatura]

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

ANEXO VI

Declaração de Compromisso de Associação sob a forma de Consórcio Externo

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público com vista à celebração do contrato de “aquisição de infraestrutura tecnológica, equipamentos e mobiliário destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado de Informática e Industrial”, declaram, sob compromisso de honra, nos termos e para efeitos da alínea b) do n.º 8 do artigo 20.º do Programa do Concurso, assumir responsabilidade solidária perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta, pelo cumprimento de todas as obrigações inerentes à apresentação e à adjudicação da mesma e à celebração do respetivo Contrato, e que se comprometem, entre si, na qualidade de membros do agrupamento concorrente, a constituir-se sob a forma de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, caso seja adjudicada a proposta por si apresentada, com vista à celebração do Contrato objeto do referido concurso.

Mais declaram obrigar-se a, no momento da sua constituição sob a forma de Consórcio Externo, designarem como Chefe do Consórcio [identificação], a quem conferirão os poderes constantes do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 8 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da Entidade Adjudicante, e a esta dar quitação, de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do Contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

... (local),... (data),... [assinatura] dos subscritores

ANEXO VII
Instrumento de Mandato

[Identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [identificação do representante legal do membro do agrupamento], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade], [todos os membros do agrupamento devem subscrever a declaração nestes termos], enquanto membros do agrupamento que apresentou proposta ao concurso público com vista à celebração do contrato de **“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA”, Nº CPI 002/ECL/CCP/2024**” mobiliário destinados à prática educativa e formativa no Centro Tecnológico Especializado de Informática, vêm, nos termos e para efeitos da alínea c) n.º 8 do Artigo 20.º. do Programa do Concurso, designar como representante comum do agrupamento constituído pelas entidades acima identificadas [identificar Representante Comum do Agrupamento que deverá ser pessoa singular], a quem conferem, com faculdade de delegação, a competência para a prática de todos os atos considerados necessários ou adequados no âmbito do referido concurso, designadamente, o poder para assinar a proposta e ainda os poderes suficientes para intervir e apresentar reclamações ou recursos.

(local),... (data),... [assinatura] dos subscritores

ANEXO VIII

Modelo de Garantia Bancária

O Banco, com sede em....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de....., com o capital social de euros, presta a favor da Aula de Comércio – Estudos Técnicos e Profissionais, Lda., entidade titular da Escola de Comércio de Lisboa, pessoa colectiva 502421053, uma garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de euros, correspondente a (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a Aula de Comércio – Estudos Técnicos e Profissionais, Lda., entidade titular da Escola de Comércio de Lisboa, pessoa colectiva 502421053 vai outorgar e que tem por objeto o procedimento de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA**, Nº CPI 002/ECL/CCP/2024, regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Aula de Comércio – Estudos Técnicos e Profissionais, Lda., entidade titular da Escola de Comércio de Lisboa, pessoa colectiva 502421053, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data

Assinaturas

ANEXO IX

Modelo de Guia de Depósito

Vai -----, residente (ou com escritório) em -----, na -----
-----, depositar na ----- (sede, filial, agência ou delegação) da -----
----- (instituição), sita na Rua _____ em _____ a quantia de -----
(por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) -----, como
caução exigida para a execução da prestação de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO
INFORMÁTICO, TECNOLÓGICO E AUDIOVISUAL E REDE ESTRUTURADA,
Nº CPI 002/ECL/CCP/2024**, para os efeitos previstos no Código dos Contratos Públicos.

Este depósito fica à ordem da Aula de Comércio – Estudos Técnicos e Profissionais, Lda.,
entidade titular da Escola de Comércio de Lisboa, pessoa colectiva 502421053, a quem deve
ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

ANEXO X

Subfactores de ponderação a considerar na análise técnico-funcional da solução tecnológica

SF1 | Manutenção

- Assistência disponível em 24h, durante 365 dias, com intervenção no local para reparação e/ou recolha e/ou substituição em 48h, após comunicação, evitando a interrupção das atividades letivas;
- Fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos pelo prazo acrescido da garantia dos bens;
- Acesso ao período de garantia: o fabricante disponibiliza site com acesso aos drivers do equipamento colocando apenas o número de serie do equipamento;
- Plano de manutenção: incluir gratuitamente software de monitorização na Cloud onde seja possível a notificação de incidentes, verificação de anomalias, consumos e receção de alertas via aplicação telemóvel;
- Solução de apoio à gestão e prestação de contas do CTE.

Será valorizado o número de anos no presente ponto da seguinte forma.

Entre 1 a 3 anos: 1 Ponto

Entre 4 e 6 anos: 2 Pontos

Vitalício, de acordo como tempo de vida do equipamento: 4 Pontos

SF2 | Atualização de versões

- Integração gratuita e contínua da atualização das versões do software;
- Apresentação da solução tecnológica global, na versão de atualização e lançamento ao mercado mais recente.

Será valorizado o número de anos no presente ponto da seguinte forma.

Entre 1 a 3 anos: 1 Ponto

Entre 4 e 6 anos: 2 Pontos

Vitalício, de acordo como tempo de vida do equipamento: 4 Pontos

SF3 | Formação

Oferta de iniciativas complementares, como sejam ações de capacitação, certificações de competências adicionais para alunos e/ou professores, atividades de parceria e reforço de aprendizagem (visitas, estágios, eventos, prémios e experimentação) em benefício dos alunos.

Será valorizado o número de anos no presente ponto da seguinte forma.

Entre 1 a 3 anos: 1 Ponto

Entre 4 e 6 anos: 2 Pontos

Vitalício, de acordo como tempo de vida do equipamento: 4 Pontos

SF 4 | Inclusão

- Integração gratuita e contínua da atualização das versões para utilização dos recursos educativos inclusivos, incluindo traduções para língua estrangeira e braile;
- Incorporação de soluções tecnológicas inovadoras para melhorar o acesso, a interatividade e a capacitação dos alunos com necessidades educativas diferenciadas.

SF 5 | Ambiente e Segurança

- Demonstração da eficiência energética da solução tecnológica;
- Apresentação dos critérios ambientais, das soluções carbono neutro e economia circular aplicáveis;
- Certificação ISO 14001 do fornecedor / fabricante;
- Certificação eco-design, ecológica do produto;
- Estratégias que promovam o princípio do Digital Verde, elevando as competências verdes dos alunos;
- Inclusão de sistema robusto (automatismos, procedimentos, testes, etc) de requisitos de segurança e privacidade dos dados em função do RGPD e cibersegurança, considerando que o propósito do CTE no ensino e formação a jovens;
- Iniciativas e ações de cumprimento dos requisitos de higiene, saúde e segurança no trabalho, normas de prevenção e regras de segurança no manuseamento dos equipamentos por parte de jovens em aprendizagem;

Referencias:

- Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 — ECO360 prevista na Resolução do Conselho de Ministros nº 13/2023;
- Decretos-Lei nºs 178/2006, de 05 de setembro, alterado pela Lei nº 20/2021, de 16 de abril, retificada pela Declaração de Retificação nº 14/2021, de 06 de maio (aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 05 de abril, e a Diretiva nº 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de dezembro);
- Regulamento (UE) 2017/1369 de 4 de julho de 2017 e alterações posteriores, Decreto-Lei nº 28/2021 de 20 de abril – relativo ao regime de etiquetagem energética;
- Regulamento Delegado (UE) 2019/2015 de 11 de março de 2019, alterado pelo Regulamento Delegado (UE) 2021/340 de 17 de dezembro de 2020 - complementa o Regulamento (UE) 2017/1369 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante à etiquetagem energética das fontes de luz;

- Decreto-Lei nº 68-A/2015 de 30 de abril e alterações posteriores - estabelece disposições em matéria de eficiência energética e produção em cogeração;
- Soluções de eficiência energética e poupança nos consumos – EPEAT Gold em Portugal com visibilidade em site [Computers & Displays Searching | EPEAT Registry \(https://www.epeat.net/\)](https://www.epeat.net/) e Energy Star com visibilidade em site [ENERGY STAR Certified Computers | EPA ENERGY STAR \(https://www.energystar.gov/\)](https://www.energystar.gov/);
- [Estratégia Europeia Green Digital - https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/green-digital](https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/green-digital) e [declaração European Green Digital Coalition \(EGDC\) - https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/european-green-digital-coalition](https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/policies/european-green-digital-coalition) ;
- Decreto-Lei nº 31/2017 de 22 de março e alterações posteriores – estabelece regras aplicáveis à compatibilidade eletromagnética dos equipamentos;
- Decreto-Lei nº 21/2017 de 21 de fevereiro e alterações posteriores- estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão;
- Comunicação da Comissão 2022/C 247/01 — Guia Azul de 2022 sobre a aplicação das regras da UE em matéria de produtos;
- Resolução do Conselho de Ministros nº 132/2023 sobre os critérios ecológicos aplicáveis à celebração de contratos por parte das entidades da administração direta e indireta do Estado;
- Soluções de eficiência energética e poupança nos consumos.